

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como, o sumário dos trabalhos que a CCR RodoAnel vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e, demais públicos interessados, além da superação dos limites de qualidade dos serviços prestados.

1. Mensagem à Sociedade

A Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. foi constituída em junho de 2008 para administrar o trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas (SP-021) e está situada no setor Oeste da Região Metropolitana de São Paulo. O trecho de concessão tem início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (km 24 da Estrada Velha de Campinas SP-322) e termina na altura do km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt, incluído o dispositivo de interseção com a Rodovia Régis Bittencourt, totalizando 30 quilômetros de rodovia.

A malha rodoviária estadual do Trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas abrange os Municípios de Embu, Cotia, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Santana do Parnaíba e São Paulo.

A CCR RodoAnel opera o sistema rodoviário concedido pelo Governo do Estado de São Paulo durante 24 horas, oferecendo conforto, fluidez e segurança aos usuários.

2. Dados Econômicos

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior V_{eq}^1

Em unid.²	2012	2011	Var. %
Veículos Equivalentes	128.260.333	125.159.202	2,5
Veículos Leves (Eq)	65.149.699	64.097.225	1,6
Veículos Pesados (Eq)	63.110.634	61.061.977	3,4

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+2,5%)

O tráfego de veículos equivalentes no Rodoanel registrou crescimento de 2,5% em 2012 sobre 2011, apesar de um ano de retração econômica. O principal impacto positivo foi devido às novas regras de circulação de tráfego comercial na capital paulista a partir de março/12. Alguns trechos do Rodoanel Oeste estão passando por obras de ampliação de capacidade - construção de 5ª faixa - o que tem gerado reflexos, durante o período de obras, de perda de tráfego por conta de redução momentânea da fluidez.

Veículos de Passeio (+1,6%)

Em 2012, o crescimento dos veículos de passeio no Rodoanel foi de 1,6% sobre 2011, influenciado pelas praças: P1 - Raimundo (+5,1%), P2 - Bandeirantes (+7,8%), P4 - Anhanguera (+7,0%) e P8 - Castello (+5,7%). Essa movimentação se caracteriza pela adoção de caminhos alternativos ao viário da cidade de São Paulo e para acesso ao município de Caieiras e ao distrito de Perus.

Veículos Comerciais (+3,4%)

Apesar das reduções da movimentação de açúcar (-4,19%), adubos e fertilizantes (-8,74%) e sucos cítricos (-5,5%), e sob o efeito da retração econômica, o tráfego de veículos equivalentes comerciais no Rodoanel cresceu 3,4% em relação a 2011. Nesse resultado há também o impacto da restrição de caminhões na Marginal do Tietê, que trouxe um incremento de 1,9% no tráfego comercial.

Receita Operacional Bruta

Receita Operacional Bruta [R\$ mil]	2012	2011	Var. %
Receita de Pedágio	186.105	172.179	8,09
Receita Acessória	1.389	918	51,35
Receita Operacional Bruta Total	187.494	173.097	8,32
Receitas de Contratos de Construção	40.354	57.140	-29,38
Receita Bruta Total	227.848	230.237	-1,04

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida cresceu 8,2% em 2012 quando comparado ao ano de 2011 atingindo o valor de R\$171,6 milhões, sendo influenciada pelo crescimento de tráfego do sistema, assim como pelo reajuste das tarifas básicas de pedágio.

As deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram em 8,3%, alcançando o valor de R\$15,9 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento de 8,3% nas receitas operacionais brutas. Os tributos incidentes são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta.
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as receitas.
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as receitas.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- Depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil dos investimentos nas rodovias, limitados ao prazo da concessão.
- Custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificados como “intangível”.
- Provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão.
- Custos da outorga pagos ao Poder Concedente, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os valores variáveis equivalentes a 3% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras.
- Outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

3. Reajustes de Tarifa de Pedágio

Conforme contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2008 assinado entre o Estado de São Paulo e a Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (cláusula 25.2), a Companhia reajustou em 4,99%, no mês de Julho de 2012, as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema, sendo assim, uma variação de -1,56 p.p. ao reajuste do ano anterior.

4. Riscos de Mercado

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- Taxa de inflação.
- IGP-M, relativo a reajustes contratuais.
- TJLP, relativa a financiamentos na modalidade FINAME.
- CDI, relativo a empréstimos locais em Reais e a emissão de Debêntures.
- Políticas e variações cambiais.

- Ausência de crescimento econômico interno.
- Instabilidade social.
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo.
- Política monetária.
- Aumento nas taxas de juros.
- Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis.
- Controles sobre importação e exportação.
- Política fiscal e alterações na legislação tributária.
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Ademais, temos os seguintes pontos de atenção, como risco de crédito, isto é, decorrente da possibilidade da Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, bem como o risco de estrutura de capital (ou risco financeiro), decorrente da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, fizer para financiar suas operações.

5. Projetos Sociais e Culturais

O relacionamento da CCR RodoAnel com seus diferentes públicos, é reforçado por uma série de ações sociais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios lindeiros, com reflexo direto em seus habitantes.

Os projetos que mais se destacaram em 2012 foram:

- Estrada para a Cidadania - projeto socioeducativo com foco voltado para o ser humano, visando à valorização do indivíduo como caminho para mudanças de comportamentos que promovam a segurança e a tranquilidade para motoristas e pedestres, consolidando o conceito de segurança no trânsito e cidadania aos alunos das 3^{as} séries do ensino fundamental das escolas municipais localizadas na área de influência da concessionária. Para facilitar o aprendizado, a CCR RodoAnel fornece livros didáticos, com aplicações semanais por professores treinados, conciliando os conteúdos tradicionais da escola. Em 2011 o Projeto ganhou um importante reforço nas escolas municipais atendidas, incluindo turmas de alunos de 5^{as} séries, por meio de conteúdo de meio ambiente e sustentabilidade. O programa atendeu em 2012, mais de 5.800 alunos e 340 professores.

- Contribuição social para com as comunidades onde atua - a CCR RodoAnel contribui socialmente através da realização de campanhas de arrecadação de ovos de páscoa, brinquedos e agasalhos que são doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo da rodovia administrada pela CCR RodoAnel. Em 2012 foram arrecadados e doados 1.162 ovos de páscoa, 1.300 agasalhos, 300 brinquedos no Dia das Crianças e 400 brinquedos no Natal.
- Teatro de Mãos Dadas - apresentação de teatro que visa promover conceitos de cidadania, com foco principal nas questões de segurança viária (cinto de segurança, travessia segura e empinar pipas sem cerol), realizado voluntariamente por colaboradores da empresa, mediante agendamento via relacionamento com Prefeituras, Secretarias de Cultura e Educação, das cidades do entorno das rodovias.
- Campanhas - contribuição social para com as comunidades onde atua - por meio da realização de campanhas de arrecadação de ovos de páscoa, brinquedos e agasalhos que são doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo da rodovia administrada pela CCR RodoAnel.

6. Recursos Humanos/Geração de Empregos

Atendendo às diretrizes do Grupo CCR, de valorizar a mão de obra regional, a CCR RodoAnel tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades limdeiras ao Trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas.

Atualmente, a empresa gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 435 empregos diretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios ao entorno das rodovias sob sua administração.

Preocupada com a capacitação de seus funcionários para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, a CCR RodoAnel investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios junto a entidades de ensino universitário e treinamentos diversos.

Pessoal

Em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, tínhamos, respectivamente, 512, 497 e 435 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

Categoria	2012	2011	2010
Administração	32	41	58
Operação	403	456	442
Total	435	497	500

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o exercício 2011/2012 foi de 5,0%. O salário normativo da categoria é de R\$662,00 (seiscentos e sessenta e dois reais).

Conferimos aos nossos Colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da CCR RodoAnel relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

Treinamento e Desenvolvimento Profissional

Dentre os treinamentos realizados, destacamos alguns como:

- **Programa de Desenvolvimento de Líderes** - formação de multiplicadores com a implantação do Programa de Sustentabilidade (que tem como objetivo a disseminação dos trabalhos de sustentabilidade do Grupo CCR); Programa de Treinamento Gestão Participativa, que visa proporcionar aos colaboradores uma visão ampliada do negócio e a disseminação das metas pactuadas para o ano. Semana Interna do Transito com intuito de divulgar conceitos de direção defensiva e noções de mecânica para mulheres; além da participação no processo de avaliação de competências, proporcionando aos colaboradores um plano de desenvolvimento individual. Neste ano as ações de T&D somaram 11.409 horas de treinamento.
- **Programa Qualidade de Vida no Trabalho** - programa que visa proporcionar aos colaboradores, por meio de um sistema integrado e contínuo, ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável, com vistas ao pleno desenvolvimento do exercício de suas funções. Os programas aplicados em 2012 foram:
- **Massoterapia no Ambiente de Trabalho** - realizado nos postos de trabalho, duas vezes por semana, na sede administrativa e uma vez por semana nas praças de pedágio.
- **GAT - Ginástica no Ambiente do Trabalho** - realizada nos postos de trabalho duas vezes por semana, preparando os colaboradores para o início de suas atividades com a ginástica preparatória. Ao final do turno de trabalho é promovido o relaxamento por meio da ginástica compensatória.
- **Programa Coração Saudável** - exames clínicos destinados a 100% de nossos colaboradores no ano de 2012, que permitiram identificar grupos de risco, os quais foram tratados de forma individualizada, através de acompanhamentos nutricionais e médicos, educando para práticas e hábitos mais saudáveis.

- **III Semana da Saúde** - programa destinado a 100% dos colaboradores, através de atividades temáticas relacionadas à promoção da saúde e qualidade de vida por meio de parcerias firmadas com empresas e organizações não governamentais, bem como o início das realizações dos exames médicos periódicos e avaliações físicas.
 - Foram disponibilizados os seguintes serviços: teste de estresse, avaliação oftalmológica, oficinas para confecção de bijuterias, massagem, vacina antigripal, demonstração de produtos naturais, avaliação em saúde bucal e aplicação de flúor, entre outras atividades gratuitas.
- **Programa Estrada para o Futuro** - inclusão e capacitação de 4 jovens aprendizes ao longo de 2012.
- **Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE)** - manutenção, inclusão e desenvolvimento dos profissionais no mercado de trabalho.
- **Programa de Orientação às Gestantes** - o programa atendeu 13 gestantes, todas colaboradoras da CCR RodoAnel. As futuras mães receberam orientações psicológicas, social, e informações relacionadas à alimentação adequada para ela e o bebê.

7. Desenvolvimento Regional

ISSQN Repassado aos Municípios

Em 2012, a CCR RodoAnel recolheu R\$9,0 milhões em ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - aos cofres dos Municípios que fazem parte do trecho de rodovia que ela administra (Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu, Osasco, Santana de Parnaíba e São Paulo).

O gráfico a seguir demonstra os valores recolhidos pela CCR RodoAnel a esses municípios nos últimos anos:



8. Meio Ambiente

A preservação ambiental tem sido uma das preocupações da CCR RodoAnel, que realiza plantios de mudas em cumprimento com suas obrigações compensatórias, repondo espécies nativas - que sofrem intervenções das obras - por mudas plantadas no entorno da rodovia ou em locais apropriados e preservados.

Também são realizados projetos voltados para a conscientização, contribuindo com a preservação do meio ambiente. As principais atividades realizadas durante o ano de 2012 foram:

- **Programa de Controle Ambiental** - programa que estabelece as diretrizes e assegura o cumprimento das especificações técnicas e das normas ambientais durante as obras de implantação da rodovia, a fim de garantir as condições ambientais adequadas nas áreas de entorno. Esses cuidados continuam nas fases de conservação e operação, definindo as competências e responsabilidades na gestão ambiental do empreendimento. O Programa de Controle Ambiental objetiva instaurar um processo de análise de todas as atividades e processos operacionais desenvolvidos na rodovia, definindo, de maneira sistemática, uma estratégia de mitigação das consequências dos impactos ambientais, sociais, bem como os riscos à saúde ocupacional e segurança do trabalho, identificados na operação da CCR RodoAnel. Além disso, o programa considera atividades realizadas em condições normais e anormais de operação, bem como condições de emergência e aspectos ambientais das atividades.
- **Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Reflorestamento** - esse Projeto tem por objetivo a recuperação de áreas degradadas, conscientização da comunidade no que tange às questões de preservação do meio ambiente e reflorestamento das matas ciliares. As ações desenvolvidas nos Projetos de Compensação Ambiental resultaram no plantio de 4.792 mudas.
- **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** - o principal objetivo deste plano é estabelecer um tratamento ambientalmente adequado e seguro aos resíduos sólidos perigosos e não perigosos, gerados nas atividades de operação da rodovia, de forma consciente e eficiente, visando o atendimento à legislação ambiental aplicável, a proteção de nossos colaboradores e a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). No ano de 2012, iniciamos a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS seguindo as diretrizes corporativas e o plano de ação até 2014 para implantação completa do programa, bem como, o tratamento dos resíduos perigosos e não perigosos, de todas as nossas atividades operacionais. Tudo dentro de um programa que considera as práticas de redução, reaproveitamento, reciclagem, destinação para aterros sanitários especializados.
- **Elaboração do Sistema de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SGASS** - o SGASS demonstra as nossas responsabilidades através de programas e ações que colaboram com o desenvolvimento econômico, qualidade de vida, conservação ambiental, segurança e saúde, atendendo as necessidades presentes e futuras. Durante o ano de 2012 implantamos e elaboramos os programas de segurança e saúde e, meio ambiente.

- **Criação do Comitê de Sustentabilidade** - o Comitê de Sustentabilidade da CCR RodoAnel, que tem como missão desdobrar diretrizes corporativas em planos de ação de sustentabilidade e o objetivo de garantir a execução dos mesmos. Este comitê é composto pelo Diretor Presidente, Diretor e Gestores das principais áreas da empresa.
- **Área específica para o desenvolvimento das atividades de Sustentabilidade** - pensando na melhoria contínua dos processos, a CCR RodoAnel criou em 2011 uma nova área responsável por implantar e aplicar práticas de sustentabilidade como parte estratégica em projetos e atividades; estruturar e viabilizar ações de sustentabilidade a partir de processos implantados nas atividades de operação das rodovias atendendo suas obrigações contratuais, legais e seus clientes internos e externos; implantar melhorias e eliminar riscos com foco nas principais externalidades; buscar o equilíbrio entre os três pilares da Sustentabilidade - Ambiental, Social e Econômico.

9. Segurança Viária

A CCR RodoAnel atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias da rodovia, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários e às comunidades lindeiras. Essas ações têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo de toda a extensão do trecho Oeste do Rodoanel. Em 2011 foram registrados 20 óbitos, sendo que em 2012 foram 15, ou seja, uma redução de 25%.

Dentre as ações de segurança viária desenvolvidas em 2012, destacam-se:

- **Projeto Cinto de Segurança** - o uso do cinto de segurança, de acordo com o artigo nº 65 do Código de Trânsito Brasileiro, é obrigatório para todos os ocupantes de veículos, em todas as vias do território nacional. A partir dessa necessidade e com o objetivo de minimizar a gravidade dos acidentes, a CCR RodoAnel desenvolve ações onde são veiculadas mensagens educativas sobre a correta utilização do cinto, inclusive, no banco traseiro dos veículos. As ações são realizadas pela Equipe de Interação com o Cliente, no atendimento ao usuário, com distribuição de informativos educativos e orientação complementar. Em 2012 foram distribuídos 193.000 folhetos.
- **Projeto Neblina** - esse projeto prevê a veiculação de mensagens educativas para os motoristas sobre os procedimentos que devem ser adotados na rodovia quando há formação de neblina. A ação se dá por meio da distribuição de folhetos educativos nas praças de pedágio, faixas instaladas ao longo da rodovia e veiculação de mensagens nos painéis móveis, ocorrendo formação de “comboios” com apoio da Polícia Militar Rodoviária sempre que necessário. No decorrer de 2012 foram distribuídos 58.000 folhetos educativos.
- **Projeto Queimada** - este projeto prevê a veiculação de mensagens educativas para os motoristas sobre os procedimentos que devem ser adotados nos eventos envolvendo incêndios nas matas localizadas nas proximidades do trecho concedido. As ações são realizadas pela Equipe de Interação com o Cliente, principalmente no mês de agosto (período de seca, gerando riscos de acidentes na rodovia), no atendimento ao usuário, com distribuição de informativos educativos e orientação complementar. No decorrer do ano de 2012 foram distribuídos 58.000 folhetos educativos.

- **Pedala Certo** - voltado à segurança dos ciclistas que se utilizam da rodovia, o projeto tem como foco principal a abordagem destes ciclistas para a distribuição de informativos com dicas para trafegar com segurança na rodovia e distribuição de adesivos refletivos. Em 2012 o projeto abordou cerca de 180 ciclistas.
- **Projeto Motociclista** - essa campanha educativa visa conscientizar os motociclistas sobre as questões de como manter uma direção responsável e segura (defensiva), quer estejam na cidade, quer estejam nas rodovias. A CCR RodoAnel realiza campanha educativa com distribuição de folhetos e implantação de faixas informativas. Neste ano de 2012, mais de 3.800 motoqueiros foram orientados.
- **Projeto Pirilampo** - com a realização desta ação, a CCR RodoAnel conscientiza os caminhoneiros sobre a importância de executar a manutenção das lâmpadas traseiras dos caminhões, minimizando, deste modo, os riscos de acidentes, principalmente no período da noite. No ano de 2012, foram realizados 5 eventos, onde foram avaliados 288 caminhões e trocadas 81 lâmpadas (substituídas, gratuitamente, no próprio local).
- **Pista Molhada** - visa orientar os motoristas de como se comportar em condições de pista molhada e os principais cuidados que devem ser adotados na manutenção dos veículos. As ações são realizadas pela Equipe de Interação com o Cliente, no atendimento ao usuário, com distribuição de informativos educativos e orientações complementares. Foram distribuídos 60.000 folhetos em 2012.
- **Uso Correto do Acostamento** - seu principal foco é a conscientizar e orientar os motoristas quanto ao uso correto do acostamento. No ano de 2012 foram distribuídos 70.000 folhetos.
- **Zero Álcool** - programa desenvolvido em parceria com a Polícia Militar Rodoviária e O Instituto de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), com o objetivo de reduzir o número de acidentes na rodovia, que tenham como causa a associação de álcool e direção, por intermédio de duas frentes de atuação:
 - Ações coercitivas: identificação e notificação de condutores embriagados por meio de parceria com a Polícia Militar Rodoviária.
 - Ações educativas: trabalho de conscientização na região limdeira, com realização de palestras e divulgação de material educativo para prevenção de acidentes de trânsito provocados pelo consumo de álcool.

Ao longo de 2012 foram distribuídos um total de 225.000 folhetos (material informativo) nas praças de pedágio e nas ações educativas, além da execução de palestras e seminários.

Este programa também contempla a distribuição de bafômetros descartáveis.

Em 2012, foram distribuídos 1.000 bafômetros.

- **Comportamento nos Túneis** - projeto com foco na orientação ao motorista no caso de falha mecânica nos túneis. Em 2012 foram distribuídos 27.000 folhetos em eventos que aconteceram nos meses de março e agosto.

- **Pipa** - conscientização sobre os perigos de soltar pipa nas proximidades da rodovia. Foram orientadas 120 pessoas nos locais de maior incidência.
- **Animais** - orientação aos proprietários de áreas no entorno da rodovia sobre a importância de manter as cercas sempre em perfeito estado, evitando que seus animais fujam causando acidentes na rodovia. Em 2012, foram orientados 25 proprietários.
- **Mantenha-se a Direita** - orientação ao motorista de veículos pesados a utilizarem as faixas da direita, com objetivo de reduzir o número de acidentes, principalmente colisão traseira. Foram distribuídos 75.000 folhetos em 2012.
- **Pane Seca** - orientação aos motoristas sobre a importância de verificarem a existência de combustível suficiente para chegarem ao local de destino. Foram distribuídos 93.000 folhetos em 2012.

10. Investimentos

A CCR RodoAnel investiu cerca de R\$48,2 milhões em 2012 na rodovia.



Os principais investimentos no ano de 2012 foram:

- Implantação da faixa adicional na SP-021 para aumento da capacidade de tráfego e melhoria na fluidez, nos trechos: entre o km 21+800 e o km 23+200 pista externa e entre o km 18+300 e o km 19+300 pista interna.
- Implantação de 2 balanças móveis, no km 27+500 pista externa e km 27+600 pista interna, para o controle de cargas excedentes visando evitar a deterioração precoce do pavimento.
- Elaboração de Projeto Executivo para implantação de Vias Marginais entre o km 20+000 e o km 23+500, pista interna e pista externa do trecho oeste do Rodoanel Mário Covas (SP-021).

- Revitalização e sinalização horizontal do pavimento rígido ao longo do trecho administrado.
- Implantação e adequação dos dispositivos de segurança contra incêndios dos túneis.
- Intervenções, restaurações de Obras de Artes Especiais: km 13+500; km 13+800 e km 23+500.
- Implantação de pátio no km 0+800 pista interna, para estacionamento dos veículos de cargas perigosas.
- Implantação de dispositivos de segurança tais como barreiras rígidas, defensas metálicas e atenuadores de impacto ao longo da rodovia.
- Implantação de Barreiras Acústicas entre o km 21+815 e o km 23+495, em ambos os sentidos.
- Implantação de no-break central em 11 praças de pedágio.
- Adequações nas pistas automáticas (AVI) nas praças de pedágio.
- Outros - frota de 12 veículos operacionais; 8 painéis de mensagens variáveis, sendo 6 fixos e 2 móveis; 33 câmeras de vídeo para monitoração de tráfego; 161 câmeras de segurança das praças; 246 câmeras para controle de evasão de pedágio; 60 telefones de emergência; 5 km de cabos de fibra óptica em rodovia e um centro de controle operacional que monitora as rodovias 24 horas por dia.

11. Comunicação com o Usuário

A CCR RodoAnel ouve e orienta seus usuários através de diversos canais de comunicação abertos, especialmente, para esta finalidade. São eles:

- **0800 7773 6699** - chamadas gratuitas para nossa central de atendimento (via telefone ou Call Box), que atende 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Atendimento aos usuários que necessitam de quaisquer tipo de informação sobre o RodoAnel Oeste, nosso trecho concessionado, bem como aberto para dúvidas, reclamações, sugestões. Em 2012 tivemos um média mensal de 101.812 ligações totais (média mensal de 8.484 ligações), sendo 60.954 atendidas diretamente por nossos colaboradores e 40.858 atendidas pela URA (Unidade de Resposta Audível), com informações de tráfego das nossas rodovias.

- **Internet** - “Fale Conosco”, por meio do site www.rodooeste.com.br. Em 2012 atendemos e tratamos a 224 manifestações via fale conosco (média mensal 19).
- **Casa do Usuário** - posto de atendimento disponibilizado para maior conforto de nossos usuários, localizado no KM 16,500 da pista interna, do RodoAnel Oeste. A Casa do Usuário é equipada com toaletes, fraldários e mapas informativos. No ano de 2012 atendemos 18.689 usuários.

- **Ouvidoria** - importante canal de comunicação entre o usuário e a Diretoria da Concessionária, que de acordo com as manifestações que possui, gera importante ferramenta de gestão para diversas áreas, sobretudo operacionais. Por meio deste canal, o usuário pode registrar suas manifestações e receber a resposta no prazo máximo de três dias.
- **Telefones de Emergência (Call Box)** - 60 instalados ao longo dos 30 quilômetros do trecho do RodoAnel Oeste. Em 2012, o 0800 registrou 7288 chamados feitos por este canal.

12. Considerações Finais

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

Barueri, 27 de fevereiro de 2013.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.
Barueri - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 1, que menciona que se encontra em fase inicial de defesa pela Companhia a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 pleiteando a anulação do contrato de concessão de operação do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, que trata do objeto operacional da Companhia. O processo encontra-se em fase de instrução com a apresentação de defesas e produção de eventuais provas. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que um desfecho favorável da causa à Companhia seja possível. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 29 de fevereiro de 2012 e 11 de março de 2011, respectivamente, com o parágrafo de ênfase similar ao descrito anteriormente e parágrafo de ênfase relacionado aos prejuízos incorridos naquele exercício e os planos da Administração para recuperação dos investimentos realizados, sem ressalva da opinião.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, revisamos também as reclassificações descritas na nota explicativa 2, que foram efetuadas para tornar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, tomados em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

João
José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11 (Reapresentado)	01/01/11 (Reapresentado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11 (Reapresentado)	01/01/11 (Reapresentado)
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.006	11.442	17.745	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	14	179	226	3.646
Contas a receber	7	771	659	580	Debêntures	15	18.453	29.894	103.605
Contas a receber - partes relacionadas	8	9.370	9.143	7.943	Contas a pagar com operações de derivativos		-	-	44.760
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578	73.578	Fornecedores	16	9.729	10.286	14.261
Despesas antecipadas		1.052	1.202	1.408	Fornecedores - partes relacionadas	8	91	83	104
Outros créditos		1.113	490	1.910	Impostos e contribuições a recolher	17	1.864	9.048	2.297
Total do ativo circulante		<u>101.890</u>	<u>96.514</u>	<u>103.164</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		2.011	1.262	1.174
					Obrigações com o poder concedente	26 a	466	459	427
NÃO CIRCULANTE					Outras contas a pagar		95	18	33
Realizável a longo prazo					Total do passivo circulante		<u>32.888</u>	<u>51.276</u>	<u>170.307</u>
Depósitos judiciais		58	21	1					
Impostos a recuperar		15	4.172	7.165	NÃO CIRCULANTE				
Ativo fiscal diferido	10 b	320.719	232.361	127.590	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	14	95	267	798.892
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.796.529	1.870.107	1.943.685	Debêntures	15	1.796.786	1.794.771	748.879
Contas a receber com operações de derivativos		-	-	608	Contas a pagar com operações de derivativos		-	-	58.473
		<u>2.117.321</u>	<u>2.106.661</u>	<u>2.079.049</u>	Mútuos - partes relacionadas		667.292	950.895	740.633
					Impostos e contribuições a recolher	17	36.667	15.746	7.220
Imobilizado	11	36.773	35.371	30.858	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	18	-	45	10
Intangível	12	287.462	250.019	194.859	Provisão de manutenção	20	420	123	4
Diferido	13	36.934	43.090	49.245	Total do passivo não circulante		<u>2.501.260</u>	<u>2.761.847</u>	<u>2.354.111</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.478.490</u>	<u>2.435.141</u>	<u>274.962</u>					
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)				
					Capital social	21	700.000	200.000	200.000
					Prejuízos acumulados		(653.768)	(481.468)	(267.243)
					Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		46.232	(281.468)	(67.243)
TOTAL DO ATIVO		<u>2.580.380</u>	<u>2.531.655</u>	<u>2.457.175</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.580.380</u>	<u>2.531.655</u>	<u>2.457.175</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	<u>211.928</u>	<u>215.721</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo de construção		(40.354)	(57.140)
Provisão de manutenção	20	(274)	(115)
Depreciação e amortização		(14.292)	(11.813)
Custo da outorga		(79.204)	(78.771)
Serviços		(14.066)	(12.036)
Custo com pessoal		(16.784)	(13.319)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.879)	(2.570)
Outros		<u>(4.217)</u>	<u>(3.313)</u>
		<u>(172.070)</u>	<u>(179.077)</u>
LUCRO BRUTO		<u>39.858</u>	<u>36.644</u>
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
Custo com pessoal		(762)	(840)
Serviços		(3.169)	(4.429)
Materiais, equipamentos e veículos		(878)	(843)
Depreciação e amortização		(1.244)	(564)
Despesas legais e judiciais	18	(38.621)	-
Outros		<u>(2.818)</u>	<u>(4.491)</u>
		<u>(47.492)</u>	<u>(11.167)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(7.634)</u>	<u>25.477</u>
Despesas financeiras	23	(254.662)	(423.035)
Receitas financeiras	23	1.634	78.562
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(260.662)</u>	<u>(318.996)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10 a	88.358	104.771
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(172.304)</u>	<u>(214.225)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO ORDINÁRIA - R\$		(0,2344)	(1,0201)
PREJUÍZO POR AÇÃO PREFERENCIAL - R\$		(0,2579)	(1,1221)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u> (Não auditada)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(172.304)	(214.225)
Outros resultados abrangentes:	-	-
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(172.304)</u>	<u>(214.225)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011	200.000	(267.243)	(67.243)
Prejuízo do exercício	-	(214.225)	(214.225)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	<u>200.000</u>	<u>(481.468)</u>	<u>(281.468)</u>
Aumento de capital	500.000	-	500.000
Prejuízo do exercício	-	(172.300)	(172.300)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	<u>700.000</u>	<u>(653.768)</u>	<u>46.232</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/12	31/12/11
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(172.300)	(214.225)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(88.358)	(104.771)
Apropriação de despesas antecipadas e pagamentos antecipados relacionados à concessão	73.578	73.578
Depreciação e amortização	15.536	12.376
Baixa de ativo imobilizado	19	2
Baixa de ativo intangível	-	2
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	(21.750)
Capitalização de custo de empréstimos	(2.844)	(4.219)
Juros sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	167.410	263.839
Resultado de operações com derivativos	-	24.940
Constituição de provisão para contingências	(45)	149
Constituição (reversão) da provisão de devedores duvidosos	5	(6)
Constituição (reversão) da provisão de manutenção	24	115
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	273	4
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	88.081	105.016
Variações nos ativos e passivos-		
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber	(117)	(73)
Partes relacionadas	(227)	(1.200)
Impostos a recuperar	4.157	2.993
Despesas antecipadas	150	206
Outros créditos e depósitos judiciais	(665)	1.402
Fornecedores	(557)	(3.975)
Partes relacionadas	8	(21)
Obrigações sociais e trabalhistas	749	88
Impostos, contribuições a recolher e parcelados e provisão de imposto de renda e contribuição social	13.737	(476)
Liquidação de contingências	-	(114)
Realização de provisão de manutenção	-	-
Obrigações com o poder concedente	7	32
Outras contas a pagar	77	(15)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>98.698</u>	<u>133.897</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	-	-
Baixa pela alienação de investimento (NWP)	-	-
Pagamento pela compra de 45% da Controlar S.A., líquido do caixa adquirido	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(5.183)	(4.540)
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	-
Aquisição de ativo intangível	(40.219)	(57.140)
Reclassificação do ativo diferido	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(45.402)</u>	<u>(61.680)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Resgates/aplicações na conta reserva	5	(2)
Liquidação das operações com derivativos	-	(127.565)
Mútuos com partes relacionadas:		
Captações	71.147	121.000
Pagamentos	(14.831)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures:		
Captações	-	1.800.000
Pagamentos principal	(227)	(1.561.566)
Pagamentos juros	(176.826)	(301.912)
Integralização de capital	72.000	-
Juros sobre capital próprio-		
Adição do custo de transação	-	(8.475)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(48.732)</u>	<u>(78.520)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>4.564</u>	<u>(6.303)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	11.442	17.745
No final do exercício	16.006	11.442
DIVULGAÇÃO SUPLEMENTAR ÀS INFORMAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	<u>4.564</u>	<u>6.303</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais -R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Pentead de Ulhoa Rodrigues, 690 - sala 11 - 1º andar, bairro Tamboré, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende:

- a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados.
- b) Apoio na execução dos serviços não delegados.
- c) Gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização.

O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2008.

A Concessionária iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Ampliações e melhoramentos:

- Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares.
- Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares.
- Implantação de seis passarelas para pedestres.
- Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco.
- Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia.
- Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia.

- Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego.
- Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável.
- Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio.
- Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem.

Bens reversíveis

No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A concessionária terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Discussões em juízo

Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalação de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo.

Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo - ARTESP e dos acionistas da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias (antiga razão social da CCR S.A.) e Encalco Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo contra a aplicação imediata da sentença em razão de anterior decisão do Tribunal de Justiça.

Referida apelação foi provida para anular a sentença proferida. Assim, o processo retornará à 1ª instância para um novo julgamento.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras decorrentes das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

b) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) Receitas de serviços

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a Resolução CFC nº 1.171/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures, fornecedores, mútuos, fornecedores - partes relacionadas.

Os passivos financeiros de financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

Os detalhes das operações com instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 24.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a em dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos, obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessário para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis, para os quais a data de início para a captação foi a data de início da concessão.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito na nota explicativa nº 12.

i) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 19a.

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme nota explicativa nº 19b.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade de custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção - contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Durante o exercício de 2012, o montante reconhecido como despesa com o plano de contribuição definida foi de R\$72 (R\$49 em 31 de dezembro de 2011).

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos relacionados ao imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e são reduzidos caso sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irrevogável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano-base 2008).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

p) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 32) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

q) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

r) Gastos pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09.

s) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e “International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC”, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição.	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes da IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC 12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em <i>joint ventures</i> , eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados a remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos.	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados.	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas.	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i> .	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros.	(b)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas da IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)

- (a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
- (b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
- (c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
- (d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012.

Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (equivalente à IFRS 11).
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (equivalente à IAS 19 revisada).
- CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas (equivalente à IFRS 10).
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades (equivalente à IFRS 12).
- CPC 46 - Mensuração do valor justo (equivalente à IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aplicadas de maneira consistente.

Em 27 de fevereiro de 2013 foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

Reclassificação

No exercício de 2011, para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, efetuamos a reclassificação dos impostos a recuperar do ativo circulante, as quais foram demonstradas a seguir. Também está demonstrada a reclassificação do saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2011.

Além disso, apresentamos na nota explicativa 10 os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2011.

	31/12/2011		
	(Anteriormente apresentado)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Ativos-			
Ativo circulante	96.514	-	96.514
Ativo não circulante-			
Tributos diferidos	244.982	(12.621)	232.361
Total do ativo não circulante	2.447.762	(12.621)	2.435.141
Total do ativo	<u>2.544.276</u>	<u>(12.621)</u>	<u>2.531.655</u>

	31/12/2011		
	(Anteriormente apresentado)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Passivo-			
Passivo circulante	51.276	-	51.276
Passivo não circulante:			
Tributos diferidos	12.621	(12.621)	-
Total do passivo não circulante	2.774.468	(12.621)	2.761.847
Passivo a descoberto	(281.468)	-	(281.468)
Total do passivo	<u>2.544.276</u>	<u>(12.621)</u>	<u>2.531.655</u>
	01/01/2011		
	(Anteriormente apresentado)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Ativos-			
Ativo circulante	103.164	-	103.164
Ativo não circulante-			
Tributos diferidos	134.897	(7.307)	127.590
Total do ativo não circulante	2.361.318	(7.307)	2.354.011
Total do ativo	<u>2.464.482</u>	<u>(7.307)</u>	<u>2.457.175</u>
Passivo-			
Passivo circulante	170.307	-	170.307
Passivo não circulante:			
Tributos diferidos	7.307	(7.307)	-
Total do passivo não circulante	2.361.418	(7.307)	2.354.111
Passivo a descoberto	(67.243)	-	(67.243)
Total do passivo	<u>2.464.482</u>	<u>(7.307)</u>	<u>2.457.175</u>

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas /ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

3 - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

7 - Provisão para devedores duvidosos.

10 - Impostos diferidos.

11 - Depreciação do ativo imobilizado.

12 - Amortização do ativo intangível.

18 - Provisão para contingências.

19 - Classificação de arrendamento mercantil.

20 - Provisão de manutenção.

24 - Mensuração dos instrumentos financeiros.

Transações que não afetaram caixa:

1) Demonstração do fluxo de caixa

a) Informação suplementar

Durante o exercício de 2012, houve a compensação de R\$428.000 na conta de mútuo com partes relacionadas CCR contra a conta capital social para aumento de capital, detalhada na nota explicativa nº 21.

4. DETERMINAÇÃO DOS VALORES JUSTOS

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito.
- b) Risco de taxas de juros e inflação.
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

- a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações: (1) da TJLP relativos aos financiamentos em reais; e (2) do CDI para empréstimos de capital de giro e debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, nº 15 e nº 16.

As tarifas de pedágio são atualizadas anualmente pela variação do IPCA.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Empréstimos e financiamentos	179	95	-
Debêntures (*)	21.522	-	1.800.000

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e bancos	917	1.146
Fundos de investimentos	<u>15.089</u>	<u>10.296</u>
	<u>16.006</u>	<u>11.442</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 8,31% do CDI, equivalente a 99,03% ao ano (9,55% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

7. CONTAS A RECEBER

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Vale pedágio	730	652
Outros	<u>46</u>	<u>7</u>
	<u>776</u>	<u>659</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(5)	-
	<u>771</u>	<u>659</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Créditos a vencer	728	655
Créditos vencidos até 60 dias	47	4
Créditos vencidos até 61 a 90 dias	-	-
Créditos vencidos até 91 a 180 dias	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>776</u>	<u>659</u>

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

8. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e 1º de janeiro de 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora e outras partes relacionadas.

	<u>Transações</u>		<u>Saldos</u>		
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	
			<u>Contas a receber</u>	<u>Mútuos</u>	<u>Fornecedores e Contas a pagar</u>
Controladora- CCR S.A. (a) e (b)	171	83.646	-	612.526	13
Outras partes relacionadas:					
Conc. de Rod. do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (e)	-	-	17	-	-
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng. (d)	-	-	-	-	2
Encalso Construções Ltda. (f)	-	4.435	-	54.766	-

	Transações		Saldos		
	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo	Passivo	
			Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e Contas a pagar
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (c)	8	-	9.353	-	-
Companhia de Participações em Concessões (d)	967	-	-	-	76
Total circulante, 31 de dezembro de 2012			9.370	-	91
Total não circulante, 31 de dezembro de 2012			-	667.292	-
Total, 31 de dezembro de 2012	<u>1.146</u>	<u>88.081</u>	<u>9.370</u>	<u>667.292</u>	<u>91</u>
Total circulante, 31 de dezembro de 2011			9.143	-	83
Total não circulante, 31 de dezembro de 2011			-	950.895	-
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>1.039</u>	<u>105.116</u>	<u>9.143</u>	<u>950.895</u>	<u>83</u>

- (a) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 99,03% ao ano do CDI com a controladora CCR. O vencimento do contrato será em 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas. O valor relativo a 950.895 de 2011 foi parcialmente capitalizado em 1º de dezembro de 2012 em 428.000 conforme nota explicativa nº 20.
- (b) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR.
- (c) Referem-se aos valores de tarifa de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no exercício subsequente.
- (d) Prestador exclusivo de serviços de obras para manutenção e conservação da rodovia.
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.
- (f) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 99,03% ao ano do CDI com a empresa Encalço. O vencimento para o contrato será de 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas.

9. PAGAMENTOS ANTECIPADOS RELACIONADOS À CONCESSÃO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante-		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	73.578	73.578
Não circulante-		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	1.796.529	1.870.107
	<u>1.870.107</u>	<u>1.943.685</u>

Durante os meses de maio de 2008 a maio de 2010 foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, relacionados à outorga. Esses valores foram registrados no ativo e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo da concessão.

10. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reconciliação da taxa efetiva nominal média		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(260.658)	(318.996)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>88.624</u>	<u>108.459</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Perdas operações de <i>hedge</i>	-	(3.621)
Despesas com brindes e associações de classe	(199)	(42)
Despesas indedutíveis	(47)	-
Juros e multas indedutíveis - Lei nº 11.941/09	-	(39)
Outros ajustes tributários	(20)	14
	(266)	(3.688)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>88.358</u>	<u>104.771</u>
Impostos diferidos	88.358	104.771
Alíquota efetiva de impostos	34%	33%

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. Não ocorreram eventos relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 que requeresse a revisão da recuperação destes ativos fiscais diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social tem a seguinte origem:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>01/01/2011</u>
<u>Bases ativas</u>			
Prejuízos fiscais a compensar	246.280	177.080	70.347
Base negativa de contribuição social	88.661	63.749	25.325
Custo de transação na emissão de títulos	-	237	161
Provisão para participação nos resultados (PLR)	93	85	69
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	-	-
Amortização das despesas pré-operacionais	-	2.017	2.419
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	1.686	1.727	1.460
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção	5	-	-
Depreciação e juros sobre <i>leasing</i>	50	-	-
Perdas com operação de <i>swap</i>	-	-	22.188
Valor justo sobre operações de <i>hedge</i>	-	-	12.912
Provisão de manutenção (b)	138	42	4
Receita financeira a apropriar	1.727	-	-
Outros	<u>1</u>	<u>45</u>	<u>12</u>
	<u>338.643</u>	<u>244.982</u>	<u>134.897</u>
<u>Bases passivas</u>			
Pagamento de juros e principal <i>leasing</i>	(67)	-	-
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (c)	(13.099)	(8.572)	(6.181)
Custo de empréstimos capitalizados (d)	(4.758)	(4.012)	(908)
Ganhos com operação de <i>swap</i>	-	-	(207)
Outros	<u>-</u>	<u>(37)</u>	<u>(11)</u>
	<u>(17.924)</u>	<u>(12.621)</u>	<u>(7.307)</u>
Ativo diferido líquido	<u>320.719</u>	<u>232.361</u>	<u>127.590</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos:

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.
- (b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "a", conforme práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.

- (c) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.
- (d) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.
- (*) A Companhia estima recuperar os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social nos seguintes exercícios:

2020	12.901
2021	19.081
2022	27.678
2023	37.695
De 2024 em diante	<u>237.586</u>
	<u>334.941</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a estas previsões.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

11. ATIVO IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	795	(217)	578	732	(138)	594
Máquinas e equipamentos	11	19.168	(2.394)	16.774	7.134	(775)	6.359
Veículos	20	1.894	(442)	1.452	1.328	(259)	1.069
Sistemas operacionais	17	22.250	(6.407)	15.843	11.407	(3.864)	7.543
Imobilizado em andamento	-	<u>2.126</u>	<u>-</u>	<u>2.126</u>	<u>19.806</u>	<u>-</u>	<u>19.806</u>
		<u>46.233</u>	<u>(9.460)</u>	<u>36.773</u>	<u>40.407</u>	<u>(5.036)</u>	<u>35.371</u>

Movimentação do custo

	2011		2012		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo
Móveis e utensílios	732	2	(2)	63	795
Máquinas e equipamentos	7.134	-	(29)	12.063	19.168
Veículos	1.328	-	-	566	1.894
Sistemas operacionais	11.407	-	(2)	10.845	22.250
Imobilizado em andamento	<u>19.806</u>	<u>6.208</u>	<u>-</u>	<u>(23.888)</u>	<u>2.126</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>40.407</u>	<u>6.210</u>	<u>(33)</u>	<u>(351)</u>	<u>46.233</u>

	2010		2011		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo
Móveis e utensílios	393	1	(1)	339	732
Máquinas e equipamentos	1.843	31	(2)	5.262	7.134
Veículos	1.324	-	-	4	1.328
Sistemas operacionais	9.561	81	-	1.765	11.407
Imobilizado em andamento	<u>20.207</u>	<u>7.224</u>	<u>-</u>	<u>(7.625)</u>	<u>19.806</u>
	<u>33.328</u>	<u>7.337</u>	<u>(3)</u>	<u>(255)</u>	<u>40.407</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$1.028 em 31 de dezembro de 2012, (R\$2.797 em 31 de dezembro de 2011).

Movimentação da depreciação

	2011		2012		
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	(138)	(80)	1	-	(217)
Máquinas e equipamentos	(775)	(1.631)	12	-	(2.394)
Veículos	(259)	(183)	-	-	(442)
Sistemas operacionais	<u>(3.864)</u>	<u>(2.544)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(6.407)</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>(5.036)</u>	<u>(4.438)</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>(9.460)</u>

	2010		2011		
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	(68)	(71)	1	-	(138)
Máquinas e equipamentos	(275)	(564)	-	64	(775)
Veículos	(96)	(163)	-	-	(259)
Sistemas operacionais	<u>(2.031)</u>	<u>(1.769)</u>	<u>-</u>	<u>(64)</u>	<u>(3.864)</u>
	<u>(2.470)</u>	<u>(2.567)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(5.036)</u>

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Taxa anual de amortização - %	2012			2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	(*)	298.676	(11.700)	286.976	256.548	(6.870)	249.678
Direitos de uso e outros	21	<u>695</u>	<u>(209)</u>	<u>486</u>	<u>436</u>	<u>(95)</u>	<u>341</u>
		<u>299.371</u>	<u>(11.909)</u>	<u>287.462</u>	<u>256.984</u>	<u>(6.965)</u>	<u>250.019</u>

Movimentação do custo

	2011			2012	
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo
Direitos de exploração da infraestrutura	256.548	42.026	-	102	298.676
Direitos de uso de sistemas informatizados	<u>436</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>249</u>	<u>695</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>256.984</u>	<u>42.036</u>	<u>-</u>	<u>351</u>	<u>299.371</u>

	2010			2011	
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo
Direitos de exploração da infraestrutura	197.987	58.561	-	-	256.548
Direitos de uso de sistemas informatizados	<u>183</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>255</u>	<u>436</u>
	<u>198.170</u>	<u>58.561</u>	<u>(2)</u>	<u>255</u>	<u>256.984</u>

Movimentação da amortização

	2011		2012	
	Amortização	Adições	Amortização (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura	(6.870)	(4.829)	(11.699)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	<u>(95)</u>	<u>(115)</u>	<u>(210)</u>	
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>(6.965)</u>	<u>(4.944)</u>	<u>(11.909)</u>	

	2010		2011	
	Amortização	Adições	Amortização (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura	(3.284)	(3.586)	(6.870)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	<u>(27)</u>	<u>(68)</u>	<u>(95)</u>	
	<u>(3.311)</u>	<u>(3.654)</u>	<u>(6.965)</u>	

(*) Amortização pela curva de benefício econômico (curva de tráfego).

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$1.816, em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.422 em 31 de dezembro de 2011). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 7% a.m. durante o exercício de 31 de dezembro de 2012 (em média, 1,10% a.m. durante o exercício de 2011).

13. DIFERIDO

<u>Despesas pré-operacionais</u>	Taxa média anual de amortização - %	2012			2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Juros sobre notas promissórias	10	40.591	(16.236)	24.355	40.591	(12.177)	28.414
Custos e despesas com pessoal	10	1.802	(721)	1.081	1.039	223	1.262
Serviços de terceiros	10	9.766	(3.905)	5.861	9.766	(2.930)	6.836
Materiais e manutenção de equipamentos e veículos	10	1.017	(407)	610	1.017	(305)	712
Gastos gerais	10	1.267	(507)	760	1.267	(380)	887
Despesas financeiras	10	6.241	(2.497)	3.744	6.242	(1.873)	4.369
Gastos relativos ao contrato de concessão e amortização de despesas antecipadas	10	9.347	(3.738)	5.609	10.111	(3.568)	6.543
Receitas financeiras	10	<u>(8.476)</u>	<u>3.390</u>	<u>(5.086)</u>	<u>(8.476)</u>	<u>2.543</u>	<u>(5.933)</u>
		<u>61.555</u>	<u>(24.621)</u>	<u>36.934</u>	<u>61.557</u>	<u>(18.467)</u>	<u>43.090</u>

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

<u>Instituições financeiras</u>	Taxas contratuais (% a.a.)	Vencimentos	2012	2011	
Moeda nacional:					
Banco Bradesco S.A.	TJLP + 1 % a 4,3% a.a.	Setembro de 2014	98	153	(a)
Banco Bradesco S.A.	TJLP + 1 % a 4,3% a.a.	Setembro de 2013	14	33	(a)
Banco Bradesco S.A.	TJLP + 1 % a 4,3% a.a.	Novembro de 2014	117	170	(a)
Banco Bradesco S.A.	TJLP + 1 % a 4,3% a.a.	Setembro de 2013	-	15	(a)
Subtotal em moeda nacional			229	371	
Banco Alfa S.A. (arrendamento mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	Junho de 2013	45	122	(b)
Subtotal em moeda nacional			274	493	
Financiamentos			179	226	
Total do circulante			179	226	
Financiamentos			95	267	
Total do não circulante			95	267	

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Esse método de cálculo está de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

Garantias

- (b) Fidejussória e bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

2012

2014 95
Total 95

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quando. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 7% ao ano, a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

- 1) Em agosto e setembro de 2009, a Companhia firmou quatro contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, com taxas remuneratórias de 1% ao ano mais TJLP, no montante total de R\$638, destinado à compra de caminhões, guincho de socorro (reboque) e equipamento de demarcação viária. A amortização do principal se dará em cinquenta e sete e em quarenta e cinco parcelas mensais, entre 15 de janeiro de 2010 e 15 de novembro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de dezembro de 2009 e 15 de fevereiro de 2010 e mensalmente no período de amortização.
- 2) Contratado em julho de 2010 junto ao Banco Alfa arrendamento mercantil, no montante total de R\$205, com juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI mais 1,5% ao ano destinado substancialmente à compra de veículos para utilização na administração da Companhia. A amortização do principal e o pagamento dos juros se darão em 36 parcelas mensais entre julho de 2010 e junho de 2013.
- 3) Em 16 de maio de 2011, a Companhia liquidou antecipadamente, por decisão da administração, o contrato de financiamento firmado em 3 de dezembro de 2009, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor de US\$ 500 milhões.

15. DEBÊNTURES

	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva de custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos de custos de transação a apropriar	Vencimentos	2012	2011	
Debêntures								
2. 2ª Emissão série 1	109,20% do CDI	0,1125%	1.684	820	Maio de 2014	504.792	508.735	(b)
2. 2ª Emissão série 2	111% do CDI	0,1132%	2.483	1.535	Maio de 2015	554.740	559.768	(b)
3. 2ª Emissão série 3	112% do CDI	0,1142%	4.276	2.928	Maio de 2016	<u>755.707</u>	<u>763.442</u>	(b)
Total						<u>1.815.239</u>	<u>1.831.945</u>	
Debêntures								
Custos de transação (a)						20.522	31.945	
Total do circulante						<u>(2.069)</u>	<u>(2.051)</u>	
						<u>18.453</u>	<u>29.894</u>	
Debêntures								
Custos de transação (a)						1.800.000	1.800.000	
Total do não circulante						<u>(3.214)</u>	<u>(5.229)</u>	
						<u>1.796.786</u>	<u>1.794.771</u>	

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias

- (b) Fidejussória do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2012
2014	500.000
2015	550.000
2016	<u>750.000</u>
Total	<u>1.800.000</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- 1) Em 9 de outubro de 2009, a Companhia realizou a 1ª emissão pública de debêntures, emitindo vinte debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em duas séries, sendo a primeira de uma debênture e a segunda de dezenove debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$750.000, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas em 9 de outubro de 2009. As debêntures da 1ª Série e as debêntures da 2ª Série foram garantidas, respectivamente, por fianças prestadas pela Encalso e pela CCR.
- 2) Em 5 de maio de 2011, a Companhia realizou a 2ª emissão pública de debêntures emitindo cento e oitenta mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em até três séries, denso a primeira de cinquenta mil debêntures, a segunda de cinquenta e cinco mil debêntures, com valor nominal da emissão das duas primeiras séries de R\$1.050.000, as foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011. As debêntures da 1ª Série e as debêntures da 2ª Série serão garantidas, respectivamente, por fianças prestadas pela Encalso e pela CCR.

A 1ª Série, no valor de R\$500.000, tem prazo de vencimento de 36 meses e vencimento final em 05 de maio de 2014. Sua remuneração é de 109,20% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (Taxa CDI), calculada ao ano e paga semestralmente.

A 2ª Série, no valor de R\$550.000, tem prazo de vencimento de 48 meses e vencimento final em 5 de maio de 2015. Sua remuneração é de 111,00% da variação da Taxa CDI, calculada ao ano e paga semestralmente.

Os recursos obtidos por meio da referida emissão foram destinados ao reforço do capital de giro da Companhia, liquidação antecipada em 16 de maio de 2011 dos contratos de financiamento firmados pela Companhia com o BID e o JBIC e, conseqüentemente, dos instrumentos financeiros derivativos a eles vinculados.

O pagamento do principal será efetuado em parcela única no vencimento final e os juros serão pagos semestralmente.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é:

- Não manutenção, por dois trimestres consecutivos dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores.
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0.
 - EBITDA/Despesas financeiras inferior a 2,0.
- 3) Em 28 de julho de 2011 a Companhia captou a 3ª Série da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, no montante de R\$750.000, a qual tem prazo de vencimento de 60 meses e vencimento final em 05 de maio de 2016.

A remuneração é de 112,00% da variação do CDI.

Os recursos obtidos por meio da referida emissão foram destinados para a liquidação realizada em 28 de julho de 2011 de forma antecipada referente aos contratos da 1ª emissão de debêntures firmados em 09 de outubro de 2009 no valor de R\$750.000.

As adições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

16. FORNECEDORES

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	5.174	5.450
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	11	10
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>4.544</u>	<u>4.826</u>
	<u>9.729</u>	<u>10.286</u>

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, é retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS FEDERAIS E MUNICIPAIS A RECOLHER

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante:		
ISS	938	869
COFINS	480	463
IRRF	11	7.267
PIS, COFINS e CSLL retidos	90	-
PIS	104	100
INSS retido na fonte	<u>241</u>	<u>349</u>
	<u>1.864</u>	<u>9.048</u>
Não circulante-		
IR sobre mútuos	<u>36.667</u>	<u>15.746</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2011</u>	<u>2012</u>		
	Saldo inicial	Constituição / reversão de provisão	Pagamentos	Total
Não circulante				
Cíveis	21	(21)	-	-
Trabalhistas e previdenciárias	<u>24</u>	<u>(24)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>45</u>	<u>(45)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2010</u>	<u>2011</u>		
Movimento em 2011	10	149	(114)	45

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cíveis - indenização aos usuários da rodovia	-	12
Trabalhistas e previdenciárias	-	36
Outros (a)	<u>-</u>	<u>55.539</u>
	<u>-</u>	<u>55.587</u>

(a) Ação *Hedge* - Processo nº 652013/2011 em trâmite perante o Condado de Nova Iorque - Vara Cível - Parte 53

Trata-se de ação proposta pelo Banco Espírito Santo S.A., Caixa Banco de Investimento S.A. e Credit Agricole Corporate and Investment Bank em face do RodoAnel visando ao recebimento de um valor de liquidação (*close-out amount*), análogo a uma multa por pagamento antecipado, no contexto de operações de *swap* de taxa de juros firmadas entre RodoAnel e cada um dos autores, que foram liquidadas antecipadamente, em decorrência do pagamento antecipado voluntário pelo Rodoanel de empréstimo junto ao Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) (“Empréstimo BID/JBIC”).

A referida ação foi encerrada em 27 de setembro de 2012 por acordo entre as partes.

19. ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até 1 ano	415	316
Acima de um ano e até cinco anos	<u>1.140</u>	<u>-</u>
	<u>1.555</u>	<u>316</u>

A Companhia opera com 17 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu na rubrica de Materiais, Equipamentos e Veículos as despesas com operações de arrendamento mercantil operacional nos valores de R\$105 em 31 de dezembro de 2012 (R\$102 em 31 de dezembro de 2011).

b) Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$247 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado - valor líquido

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Veículos	137	189

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como despesa no resultado, referente a arrendamento mercantil financeiro, o montante de R\$9 relativo a despesas financeiras e R\$49 relativos a despesas de depreciação (R\$48 em 31 de dezembro de 2011).

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Até 1 ano	46	45	99	82
Acima de um ano e até cinco anos	-	-	49	40

Os valores presentes foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

20. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

	<u>2011</u>	<u>2012</u>		<u>Total</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	
Não circulante:				
Provisão de manutenção em 31 de dezembro de 2012	<u>123</u>	<u>273</u>	<u>24</u>	<u>420</u>
Provisão de manutenção em 31 de dezembro de 2011	<u>4</u>	<u>115</u>	<u>4</u>	<u>123</u>

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

Projetos com início de provisão a partir de 2011: 12,62%.

Projetos com início de provisão a partir de 2012: 8,20%.

Em 31 de dezembro de 2012 o montante provisionado corresponde a R\$2.223 do valor nominal das projeções de gastos (R\$1.113 em 31 de dezembro de 2011).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social antes representado por 200.000 ações nominativas, e sem valor nominal, passou a ser composto por 700.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 350.000 ordinárias e 350.000 preferenciais.

Em 1º de novembro de 2012 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R\$72.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, com preço de emissão fixado em R\$1,00 (um real) por ação. Diante disso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$272.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 136.000 de ações ordinárias e 136.000 de ações preferenciais. Em consequência ao aumento de capital social subscrito e integralizado pela acionista CCR, em razão de decisão da ENCALSO, fazem constar que o percentual de participação das acionistas passou a ser de CCR - 96,32353% e ENCALSO - 3,67647%.

Em 1º de dezembro de 2012 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R\$428.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, com preço de emissão fixado em R\$1,00 (um real) por ação, subscritas e integralizadas, mediante conversão parcial do valor principal de crédito da acionista CCR S.A., em decorrência dos contratos de mútuo firmados com a Companhia, posto que a acionista Encalso Construções Ltda. (“ENCALSO”), em 20 de novembro de 2012, manifestou sua falta de interesse de realizar a subscrição e integralização de capital correspondente ao seu percentual de participação na Companhia, que até então era de 3,67647%. Diante disso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$700.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 350.000 de ações ordinárias e 350.000 de ações preferenciais. Em consequência ao aumento de capital social subscrito e integralizado pela acionista CCR, em razão de decisão da ENCALSO, fazem constar que o percentual de participação das acionistas passou a ser de CCR - 98,5714% e ENCALSO - 1,4286%.

22. RECEITAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas de pedágio	186.105	173.097
Receitas de construção (ICPC 01)	40.354	57.140
Receitas acessórias	<u>1.389</u>	<u>-</u>
Receitas brutas	<u>227.848</u>	<u>230.237</u>
Impostos sobre receitas	(15.949)	(14.326)
Devoluções e abatimentos	<u>29</u>	<u>(190)</u>
Deduções das receitas brutas	(15.920)	(14.516)
Receita líquida	<u>211.928</u>	<u>215.721</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(167.410)	(263.839)
Variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	-	(28.300)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(88.081)	(105.016)
Perda com operações de derivativos	-	(24.940)
IOF	-	(3.656)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(24)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.991)	(1.503)
Capitalização de custos de empréstimos	<u>2.844</u>	<u>4.219</u>
	<u>(254.662)</u>	<u>(423.035)</u>
Receitas financeiras		
Variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	-	50.050
Rendimento sobre aplicação financeira	1.391	-
Juros e outras receitas financeiras	<u>243</u>	<u>28.512</u>
	1.634	78.562
Resultado financeiro líquido	<u>(253.028)</u>	<u>(344.473)</u>

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos, com o objetivo de proteção, é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vencidos nos próximos 12 meses ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadro a seguir:

	2012			2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	15.089	-	-	10.296	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	-	-	5	-	-
Contas a receber de clientes	-	771	-	-	659	-
Contas a receber - Partes relacionadas	-	9.370	-	-	9.143	-
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(45)	-	-	(493)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(229)	-	-	-
Debêntures	-	-	(1.815.239)	-	-	(1.824.665)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(9.824)	-	-	(10.304)
Fornecedores - Partes relacionadas	-	-	(91)	-	-	(83)
Mútuos - Partes relacionadas	-	-	(667.292)	-	-	(950.895)
Total	15.089	10.141	(2.492.720)	10.301	9.802	(2.786.440)

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

- Aplicações financeiras e conta reserva - são definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- Caixa e bancos, contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas - são classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado.
- Fornecedores e outras contas a pagar, mútuos - partes relacionadas e fornecedores - partes relacionadas - Estão registrados pelo método do custo amortizado.
- Debêntures - são classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelo seu valor justo, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2012		2011	
	Valor contábil (*)	Valor justo	Valor contábil (*)	Valor justo
Debêntures (*)	1.815.239	1.856.264	1.831.945	1.893.262

(*) Os valores estão brutos dos custo de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupons e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

- Financiamentos - são classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamentos específicas para financiamentos de investimentos, atrelados a TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo.

Hierarquia de valor justo

A companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicações financeiras	15.089	10.296

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com caráter especulativo, tampouco, os nomeados instrumentos financeiros derivativos exóticos.

A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo. Por não ter atendido todas as condições para contabilização pelo método de *hedge accounting*, os efeitos dos ajustes de valor justo estão sendo contabilizados no resultado quando incorridos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são calculados projetando-se os fluxos futuros, de acordo com as taxas contratuais e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando as projeções para o cupom limpo, divulgado pela BM&F, relativo ao último dia útil a que as demonstrações financeiras se referem. Os valores justos foram determinados pela curva passiva, os valores contábeis originais registrados pela curva. Essas estimativas não indicam, necessariamente, os valores montantes que efetivamente são realizados quando da liquidação financeira das operações.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

A Companhia registrou resultado com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, conforme o quadro abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Riscos cambiais	-	(29.940)
	<u>-</u>	<u>(29.940)</u>

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado			
			Exposição em R\$ (3)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<u>Passivos financeiros</u>						
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2014	480.331	(36.453)	(45.603)	(54.766)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2015	528.462	(40.792)	(51.038)	(61.302)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2016	720.703	(56.151)	(70.261)	(84.398)
As taxas de juros consideradas foram (1)				<u>(133.396)</u>	<u>(166.902)</u>	<u>(200.466)</u>
CDI (2)				6,90%	8,63%	10,35%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 31 de dezembro de 2012, divulgada pela CETIP.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30 de dezembro de 2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil: R\$65.500.
- Riscos de Engenharia - Conservação e Manutenção: R\$43.452.
- Riscos Patrimoniais/Operacionais: R\$147.194.
- Perda de Receita: R\$17.011.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$80.196, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como principal beneficiário o Poder Concedente.

26. COMPROMISSOS VINCULADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2012 era de R\$466 (R\$459 em 31 de dezembro de 2011).

No decorrer do exercício foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$5.619 referente ao direito de outorga variável (R\$5.162 em 31 de dezembro de 2011).

b) Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão

A prática contábil prevista na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) é a de não registrar o ativo transferido pelo Poder Concedente.

c) Compromissos vinculados à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2012 esses compromissos estavam estimados em R\$351.123 (R\$378.835 em 31 de dezembro de 2011).

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
José Braz Cioff	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Negrão	Diretor Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3